

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS: UMA PENDÊNCIA INADIÁVEL

DECENTRALIZATION OF HEALTH SERVICES IN THE STATE OF AMAZONAS: AN UNFINISHED BUSINESS

DESCENTRALIZACIÓN DE LOS SERVICIOS DE SALUD EN EL ESTADO DE AMAZONAS: UNA ASIGNATURA PENDIENTE

Matheus Henrique Baptista Barbosa Markus¹

Amanda Leocardia Bezerra Tavares²

Letícia Delgado do Nascimento³

Lívia Siqueira Santos Nóbrega⁴

Maria Beatriz Silva de Sousa⁵

Paula Dieb Martins⁶

RESUMO

O presente trabalho investiga o funcionamento do sistema de saúde pública nas microrregiões de Manaus e Tefé, destacando suas defasagens quantitativas, e, principalmente, a centralidade dos serviços na capital do estado do Amazonas. Assim, observa-se altos números de deslocamento das demais regiões em busca de atendimentos. Portanto, tem como objetivo a partir das análises realizadas propor possíveis intervenções, a partir do planejamento urbano, promover a descentralidade desses benefícios para que a população tenha melhor acesso em menores distâncias. Para isso, a metodologia foi dividida nas seguintes etapas: revisão bibliográfica, pesquisa documental, sistematização das informações e por fim produção de material gráfico. Assim, mapeando as localidades dos estabelecimentos de saúde e também quantitativos de hospitais, com intuito de identificar as regiões carentes na quais seriam possíveis implementar possíveis caminhos de mitigação da atual situação.

PALAVRAS-CHAVE: Manaus; Tefé; Saúde; Educação; Descentralidade.

¹ Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0009-0007-9734-2021> | matheus.markus@academico.ufpb.br

² Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0009-0006-9653-5780> | amanda.leocardia@academico.ufpb.br

³ Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0009-0000-3899-511X> | lddn@academico.ufpb.br

⁴ Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0009-0007-5599-3248> | liviasiqueirasn@gmail.com

⁵ Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0009-0004-6878-3029> | maria.beatriz7@academico.ufpb.br

⁶ Universidade Federal da Paraíba - UFPB, <https://orcid.org/0000-0001-5445-7856> | paula.dieb@academico.ufpb.br

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



ABSTRACT

This research investigates the functioning of the public health system in the micro-regions of Manaus and Tefé, highlighting its quantitative lags, and, mainly, the centrality of services in the capital of the state of Amazonas. Thus, there are high numbers of people traveling from other regions in search of care. Therefore, based on the analysis carried out, the objective is to propose possible interventions, based on urban planning, to promote the decentralization of these benefits so that the population has better access over shorter distances. For this, the methodology was divided into the following stages: bibliographic review, documentary research, systematization of information and finally production of graphic material. Thus, mapping the locations of health establishments and also the number of hospitals, with the aim of identifying needy regions in which it would be possible to implement possible ways to mitigate the current situation.

KEYWORDS: Manaus; Tefé; Health; Education; Decentrality.

RESUMEN

Este trabajo investiga el funcionamiento del sistema público de salud en las microrregiones de Manaus y Tefé, destacando sus lagunas cuantitativas y, sobre todo, la centralidad de los servicios en la capital del estado de Amazonas. Como resultado, hay un alto número de personas que viajan desde otras regiones en busca de atención. Por lo tanto, el objetivo de los análisis es proponer posibles intervenciones, basadas en la planificación urbana, para promover la descentralización de estas prestaciones, de modo que la población tenga un mejor acceso en distancias más cortas. Para ello, la metodología se dividió en las siguientes etapas: revisión bibliográfica, investigación documental, sistematización de la información y, por último, producción de material gráfico. Así, se mapearon las ubicaciones de los establecimientos de salud y también el número de hospitales, con el objetivo de identificar regiones necesitadas donde se pudieran implementar posibles formas de mitigar la situación actual.

PALABRAS CLAVE: Manaus; Tefé; Salud; Educación; Descentralización.

1. INTRODUÇÃO

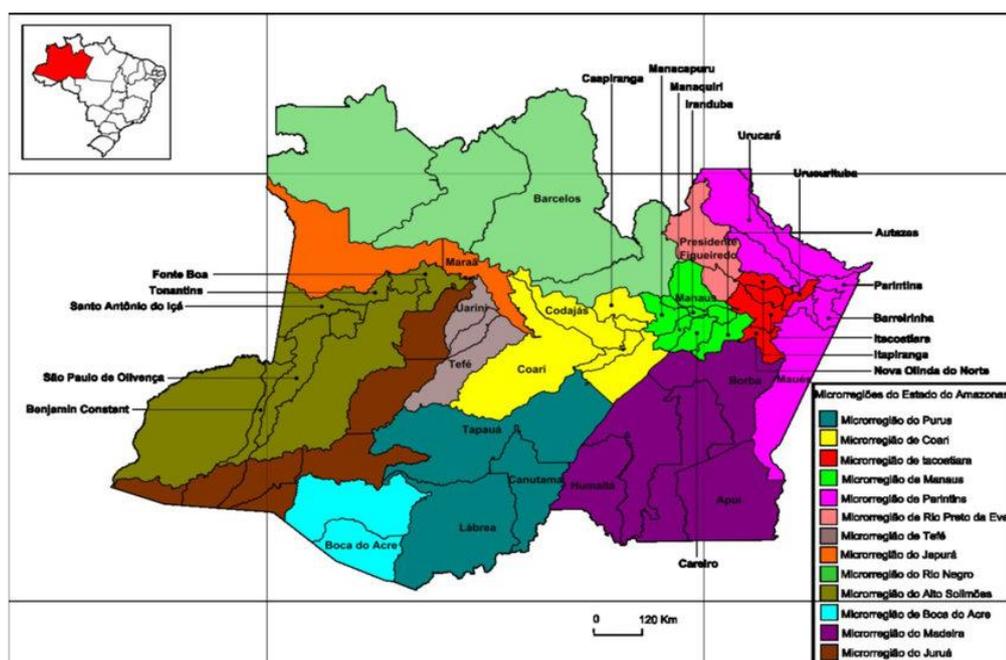
A desigualdade da região Norte frente às demais regiões do Brasil é pauta de diversas discussões sociológicas ao longo dos anos. Porém, é importante frisar que, dentro do território, em específico, do estado do Amazonas, há uma centralidade de sua capital, Manaus, perante os demais municípios. Contudo, aliando pontos como o extenso território amazonense às dificuldades de locomoção da população – quanto à logística dos modais de transporte do estado –, resulta em uma invisibilidade e escassez de acesso à recursos básicos de grande parte dos cidadãos.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3

Em destaque no presente trabalho, analisa-se a má distribuição de recursos de saúde no território amazonense, bem como uma possível descentralização, a fim de encurtar distâncias e facilitar o acesso à dispositivos de saúde para a população.

Têm, portanto, como objeto empírico de estudo as microrregiões de Manaus e Tefé, visto que são regiões de suma importância no quesito saúde para o estado do Amazonas. Manaus como capital e Tefé como ponto estratégico localizado na região do Médio Solimões. Assim, para ilustrar a localização geográfica dessas microrregiões utilizou-se o cartograma desenvolvido por Arminda Mourão em 2020 (Fig. 01).

Figura 01: Cartograma das microrregiões dos Municípios do Estado do Amazonas



Fonte: Mourão, A., 2020. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/341885048_A_representacao_social_de_tecnologia_para_o_trabalho_docente_na_Amazonia> Acesso em 9 maio 2024

Assim, para melhor entendimento acerca do comportamento das cidades foram sistematizados dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) (Tabela 01). Diante disso, fica evidente a disparidade, principalmente em relação a população residente das cidades, já que a capital conta com a maior concentração de residentes do estado do Amazonas e a microrregião de Tefé abriga cidades de baixa densidade demográfica.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



2. A SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS

Segundo Domingos (2019), o estado do Amazonas como um todo encontra-se em uma situação vulnerável no que diz respeito ao sistema de saúde, tendo diversos problemas enfrentados ao longo dos anos, estes que serão explanados na seguinte pesquisa.

Com uma extensão geográfica alta, o estado tem um desafio significativo, pois a dificuldade de acesso a serviços de saúde em muitas áreas remotas, especialmente em comunidades indígenas, além disto, as desigualdades sanitárias são evidenciadas no Norte pela escassez de médicos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), e pela expressiva disparidade entre a disponibilidade de profissionais médicos nas capitais e no interior, com uma média de 2,5 médicos por cada 1000 habitantes nas capitais em comparação com apenas 0,4 médicos por cada 1000 habitantes no interior (Garnelo. Et al, 2017).

Ao comparar as regiões geográficas, nota-se que a disponibilidade de médicos nas capitais do Norte é quase três vezes menor do que nas capitais do Sul do país, que possuem uma média de 7,1 médicos por cada 1000 habitantes, e mais de quatro vezes inferior à distribuição de médicos no interior do Sudeste, com uma média de 1,7 médicos por cada 1000 habitantes (Garnelo et al, 2017).

Segundo dados da REGIC 2020, os serviços de alta e média complexidade dentro do estado são predominantemente centralizados na capital, além disso, se observa também que a ordem de frequência é sempre primária, portanto, é compreendido que não existe disponibilidade deste serviço fora da metrópole, o que acarreta prejuízos para as populações residentes em regiões remotas.

Esses desafios são intensificados pela dificuldade de acesso e transporte nessas regiões. A Grande Manaus, por exemplo, atrai deslocamentos distantes para atendimentos de saúde, com uma média de 418 km, a maior distância no Brasil. Além disso, esses percursos podem encurtar ou se prolongar dependendo da época do ano, devido ao fenômeno da "cheia e vazante" (Pontes Filho, 2000). Esse fenômeno é causado pela complexa hidrografia do território. Durante as cheias do rio Amazonas, o nível do rio pode subir até 30 metros, melhorando os percursos fluviais, mas obstruindo os terrestres. Já nos períodos de seca ou vazante, os percursos fluviais tornam-se mais complexos e perigosos, devido aos resíduos vegetais gerados pelas cheias, que também causam impactos negativos na terra que esteve submersa.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



Para além da escassez de serviços de saúde em geral e da distribuição precária dos mesmos, o estado do Amazonas apresenta uma reduzida quantidade de leitos hospitalares em relação à sua população. Na região metropolitana de Manaus, onde se concentra a maior parte dos habitantes, a disponibilidade de leitos hospitalares é particularmente escassa, com uma média de 0 a 3 leitos por cada mil habitantes (REGIC, 2020), que se agrava consideravelmente em situações de crise como a do COVID-19, onde durante esse período, a cidade enfrentou uma crise aguda de saúde devido à rápida propagação do vírus, resultando em sobrecarga nos sistemas de saúde.

Devido à inadequação da rede de serviços de saúde, há desafios na retenção de recursos humanos, especialmente em cidades de menor porte. Uma das tentativas de solução implementadas no estado foi o Programa de Saúde da Família (PSF), cujo propósito é ampliar o acesso a serviços de saúde básica e promover um contato mais próximo com a população. No caso do Amazonas, a população enfrenta constantemente doenças decorrentes do clima local, como malária, febre amarela, doença de Chagas, leishmaniose, dengue, entre outras.

Em 2008, o Programa Saúde da Família (PSF) no Amazonas contou com 386 equipes, cobrindo mais de 40% da população e beneficiando cerca de 1,316 milhão de pessoas. No entanto, essa cobertura é considerada baixa em comparação a outras regiões do país e não teve mudanças significativas ao longo do tempo. A implementação de postos de saúde enfrenta dificuldades devido à vasta extensão territorial, à falta de infraestrutura viária e à predominância de rios e florestas, tornando o transporte fluvial e aéreo comuns, mas limitados por altos custos e disponibilidade restrita.

2.1. SERVIÇOS TRANSPORTE E ACESSO À SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS

A partir de uma análise do mapa fornecido pelo Ministério dos Transportes (Figura 02), nota-se uma predominância dos transportes fluviais no estado do Amazonas, contrastando com o quase inexistente fluxo rodoviário na região. Contudo, devido a essa situação, somada à má distribuição de dispositivos de saúde, conforme dados obtidos na plataforma DataSUS, a população amazonense enfrenta dificuldades no acesso aos recursos básicos.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3

Figura 02: Recorte cartograma de distribuição de transporte do estado do Amazonas



Fonte: Ministério dos Transportes (2023)

Em suma, segundo relatos de moradores da região próxima ao Rio Negro, que enfrentou um período de seca em 2023, conforme reportado pelo jornal Agência Brasil (novembro de 2023), a opção mais acessível para esses habitantes durante a seca dos rios é realizar longas caminhadas até os pontos de acesso ao comércio, saúde e outras necessidades básicas, devido à escassez de modalidades alternativas de transporte.

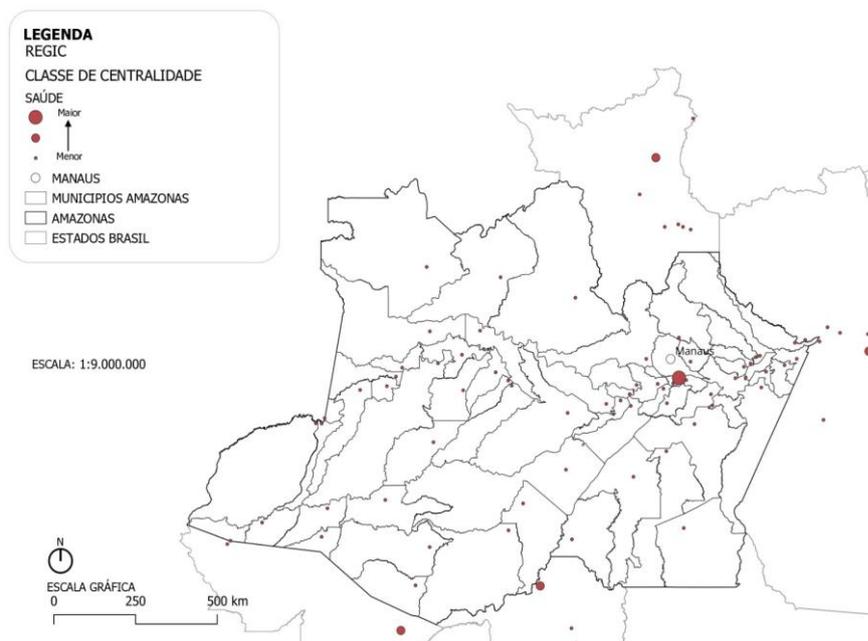
Vale destacar que, de acordo com a pesquisa "Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios", há uma concentração de recursos de saúde na capital, Manaus (p. 02). Isso se deve ao fato de que "(...) os serviços de média e alta complexidade estão concentrados nas capitais, prejudicando a população das áreas remotas." (Garnelo et al., 2017).

Dessa forma, a população enfrenta longas distâncias para acessar seu direito básico à saúde. Segundo Garnelo (2017), o município mais distante de Manaus está a cerca de 800 km da capital. A combinação das dificuldades de locomoção com a má distribuição dos recursos de saúde impede ainda mais a população menos abastada de usufruir de seus direitos.

2.2. SERVIÇOS DE SAÚDE NA MICRORREGIÃO DE MANAUS

A análise dos serviços de saúde na microrregião de Manaus baseia-se na pesquisa "Regiões de Influência das Cidades" do IBGE (2020). Manaus atrai pacientes de todo o estado para serviços de saúde de alta e média complexidade e é central em termos de oferta de cuidados, enquanto o restante do estado enfrenta uma falta de serviços adequados.

Figura 03: Cartograma classe de centralidade de saúde



Fonte: IBGE, 2020 (elaborado por autoras)

Assim, observa-se que, em decorrência da centralização dos recursos na capital, a população é forçada a deslocar-se até mesmo para realizar exames simples e consultas com especialistas, que estão ausentes nos municípios menores.

No que se refere aos dados quantitativos, a pesquisa divulgada pela Demografia Médica em 2023 evidencia a situação crítica enfrentada pelos municípios do Amazonas. Com um total de 5.796 médicos distribuídos por todo o estado, apenas 402 atuam fora da capital, resultando em menos de 0,20 médicos disponíveis por mil habitantes (Guilloux, 2023, p. 210). Assim, apesar de a capital ser o principal centro de serviços de saúde no estado, seus serviços também estão defasados.

O plano estadual de saúde do Amazonas identificou que Manaus concentra 100% dos serviços públicos e privados de alta complexidade (p. 107). Dessa forma, em casos que exigem tratamentos de longa duração, os pacientes provenientes do interior do estado não têm outra alternativa senão arcar com os custos de moradia ou se deslocar regularmente até a capital. (Rocha, 2024) Evidência:

A ausência de articulação regional, juntamente com a marcante assimetria fiscal e social, intensifica problemas como a competição predatória entre

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



profissionais, especialmente médicos especialistas. Esse cenário resulta em atrasos para consultas e exames, sobrecarga na demanda de pacientes e elevados custos para o município-polo da região (Rocha, 2024).

Os dados do REGIC mostram que a capacidade de leitos de urgência e emergência na microrregião de Manaus é de apenas 0,023% a cada mil habitantes. O PES 2020-2023 indica que o estado precisa de cerca de 8.720 leitos para internação clínica e cirúrgica, mas enfrenta um déficit de 40%. Além disso, exceto em Itacoatiara, todos os leitos estão localizados na microrregião de Manaus.

Tabela 01: Leitos da Rede de Urgência - Amazonas.

Município	Estabelecimento	Esfera ADM.	Leitos Totais URG	Leitos Clínicos	Leitos Cirúrgicos	Leitos UTI	Leitos UTI Ped	Leitos UTI UCO
Manaus	Hosp. e PS Dr. João Lúcio P. Machado	Público	215	72	115	28	-	-
	Hosp. e PS 28 de Agosto	Público	375	154	181	40	-	-
	Hosp. e PS Dr. Platão Araújo	Público	167	76	75	11	5	-
	Hospital e Pronto Soc. Delphina Aziz	Público	93	81	2	10	-	-
	Hosp. e P. Soc. da Criança da Z. Leste	Público	82	36	36	-	10	-
	Hosp. e P. Soc. da Criança da Z. Oeste	Público	62	40	12	-	10	-
	Hosp. e P. Soc. da Criança da Z. Sul	Público	76	51	11	-	14	-
	Fundação Hospital Adriano Jorge	Público	209	70	127	-	12	-
	Fundação da Medicina Tropical	Público	121	104	-	7	10	-

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



	ICAM - I. da Criança do Amazonas	Público	130	86	22	-	22	-
	Hospital Infantil Dr. Fajardo	Público	55	40	10	-	5	-
	Hospital e Maternidade Chapot Prevost	Público	25	25	-	-	-	-
	Hosp. Universitário Francisca Mendes	Público	137	68	47	12	10	10
	Sociedade. Portuguesa Beneficente do AM.	Filantrópico	80	80	-	-	-	-
Itacoatiara	Hospital Geral José Mendes	Público	83	58	25	-	-	-
Manacapuru	Unidade Mista de Manacapuru	Público	49	20	29	-	-	-
Total			1.959	1.061	692	108	98	10

Fonte: Coord. Rede RUE/SEAS Capital/SUSAM

Além disso, no que se refere aos hospitais especializados, a capital concentra 19, dos 21 disponíveis. Revelando, segundo Salino, 2023 que: “95,2% dos municípios amazonenses (59 municípios) não dispõem desse tipo de unidade hospitalar.”

Tabela 02: SAMU 192, Amazonas: Distribuição de Unidades Móvel por Município e Tipo de Unidade.

Município	Unidade Móvel				
	Suporte Básico Terrestre	Suporte Avançado Terrestre	Suporte de Moto	Suporte Básico Fluvial	Suporte Avançado Fluvial
Manaus	36	7	5	-	2
Benjamin Constant	1	-	-	1	-
Fonte Boa	1	-	-	1	-

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



Itacoatiara	1	-	-	1	-
Jutaí	1	-	-	-	-
Manacapuru	1	-	-	1	-
Presidente Figueiredo	2	-	-	-	-
Rio Preto da Eva	1	-	-	-	-
Santo Antônio do Içá	1	-	-	1	-
São Paulo de Tabatinga	1	-	-	1	-
Tabatinga	1	-	-	1	-
Tonantins	1	-	-	1	-
Total	48	7	5	8	2

Fonte: CNES/MS (adaptado por autoras).

Um dado alarmante é a disponibilidade e distribuição do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) (Tabela 02). Dos 61 municípios existentes, apenas 12 recebem atendimento. Essa situação ressalta a fragilidade da rede de atenção à saúde no Amazonas e evidencia a gravidade do problema logístico do estado. Considerando que a média de distância percorrida pelos usuários que buscam o SUS no Amazonas é de cerca de 300 km (Rocha, 2024), o interior enfrenta grandes desafios. A vasta distância geográfica, juntamente com as dificuldades de deslocamento devido ao clima e às especificidades da região, contribui para que os serviços de saúde não alcancem todas as comunidades.

Portanto, é evidente que a descentralização se torna uma medida necessária e urgente, a fim de evitar que a população precise percorrer longas distâncias para receber atendimento médico.

2.3. SERVIÇOS DE SAÚDE NA MICRORREGIÃO DE TEFÉ: CENTRALIDADE DESCENTRALIZADA

Para entender o sistema de saúde na microrregião de Tefé, que inclui as cidades de Tefé, Alvarães e Uarini, é necessário examinar a sua centralidade no estado do Amazonas. A pesquisa REGIC do IBGE, realizada em 2020, classifica a cidade de Tefé como um centro de zona de nível B. Isso significa que, embora Tefé seja uma cidade de menor porte com atuação

https://doi.org/10.20873/ago2024_3

restrita à sua área imediata, ela desempenha uma função de gestão essencial. Sua influência no oeste do Médio Solimões é significativa devido à sua localização geográfica, na calha do rio principal. Segundo Rocha et al. (2024), a hidrografia da região facilita a conexão entre as cidades, um fator que é fortalecido pelo processo de urbanização, que promove um dinamismo constante entre os locais.

Rodrigues (2011, p. 17) ressalta que Tefé é um dos municípios mais centrais do estado do Amazonas. Assim, quando se trata de saúde, existe uma relação intensa e estreita entre Tefé e as cidades vizinhas, devido à carência de alguns equipamentos, o que intensifica o fluxo na região.

Figura 04: Cartograma estabelecimentos de saúde em Tefé em 2022



Fonte: IBGE, 2024.

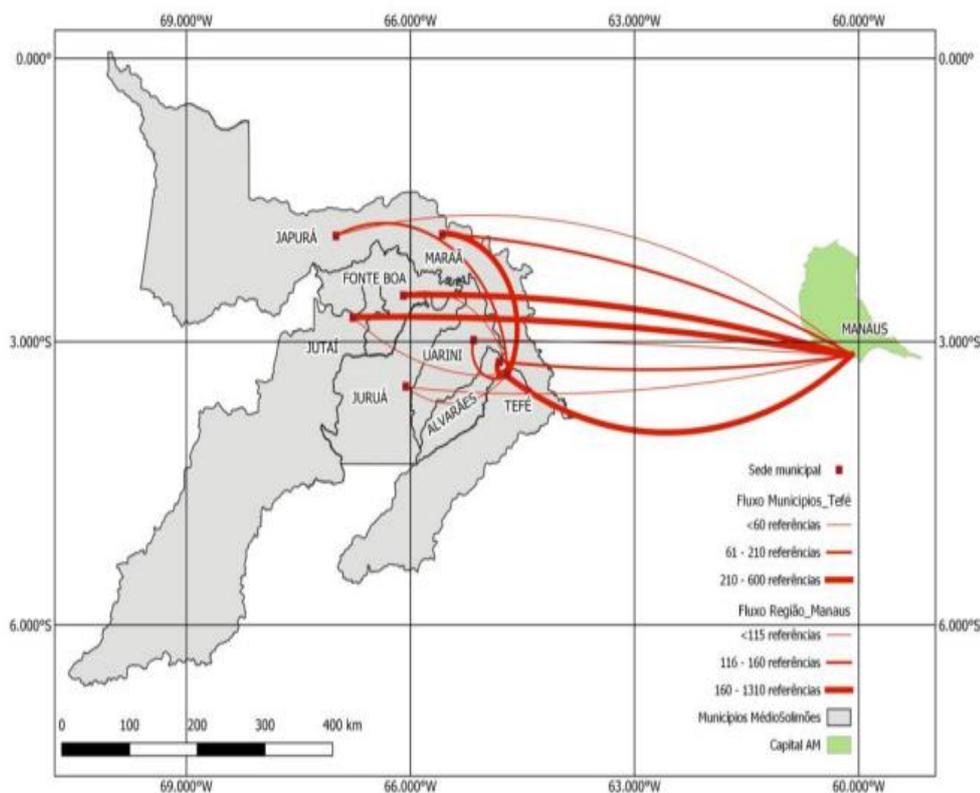
Conforme o cartograma acima, foram encontrados 22 estabelecimentos de saúde - classificados pelo IBGE (2022) como edificações utilizadas para ações na área de saúde, abrangendo todos os locais que prestam atendimento a pacientes com profissionais de saúde e instalações físicas exclusivas. A demarcação na legenda pontua a cada 15 anos a faixa etária da população mais atendida em cada região. Comparando com a população residente, obtida

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



a partir do Censo Demográfico de 2022, que ultrapassa 70 mil pessoas, é possível inferir o déficit no serviço. No entanto, Tefé ainda atrai pessoas de regiões vizinhas em busca de atendimento, devido à sua posição geográfica.

Figura 05: Cartograma de fluxo de internações hospitalares (2015 - 2019)



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2010 (elaborado por Kadri, 2022).

Com isso, Kadri (2022) aborda a concentração de equipamentos de saúde em Tefé, na região do médio Solimões, e, portanto, assume a responsabilidade pelo atendimento à população dos municípios vizinhos. Para entender a situação da saúde na microrregião estudada, foi elaborado um panorama das principais doenças e do número de internações, com base nas informações disponíveis no serviço DataSUS (Tabela 03).

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



Tabela 03: Principais causas de internação Região do Médio Solimões (microrregião de Tefé) 2015 - 2019

Município de internação	Doença infecciosa	Doença Ap. Respiratório	Doença Ap. Digestivo	Doença Ap. Geniturinário	Gravidez, Parto, Puerpério	Causas Externas
Alvarães	110	351	345	288	1749	331
Tefé	859	1497	1730	1219	11348	1695
Uarini	96	172	188	246	988	185
Total	1065	2020	2263	1753	14085	2211

Fonte: DataSUS, 2020 (adaptado por autoras)

Ao comparar o número de internações com a população total residente das cidades mencionadas anteriormente (Tabela 01), observa-se uma situação alarmante nessas regiões, refletindo as deficiências nos estabelecimentos de saúde. Diante desse cenário, a descentralização dos serviços de saúde no Amazonas torna-se uma medida urgente e necessária. Portanto, é essencial desenvolver estratégias para descentralizar os serviços de saúde da capital, garantindo que outras cidades recebam atendimento de qualidade, com maior eficiência e menos deslocamentos para a população.

2.4. CORRELAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Em concordância ao que foi explorado nos demais tópicos, é perceptível uma desigual distribuição de recursos de saúde para as demais cidades do Amazonas, em comparação com a capital Manaus. Acerca disso, segundo a pesquisa “Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios”, a qual tem como foco estudar o impacto da centralização de recursos destinados à saúde na cidade de Manaus, é pontuado o baixo valor de recurso repassado para a região do entorno de Manaus. Como diz no artigo, a capital (p.03):

Detém, no conjunto de mais de 300 estabelecimentos públicos de saúde existentes na cidade, todos os serviços públicos de alta complexidade e cerca

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



de 89% dos de média disponíveis no estado, o que obriga os usuários de todos os municípios a acorrerem à capital do estado em busca de atenção especializada. (Garnelo, L. et al, 2017).

Além disso, o autor destaca como questão o “fraco entrelaçamento no processo de gestão na região Entorno de Manaus” (p. 06), evidenciando que a população enfrenta uma dupla forma de “invisibilidade”. Em relação a isso, na mesma página, o autor menciona que as informações sobre as condições de saúde dos municípios estão concentradas apenas nas mãos dos gestores municipais e gerentes da atenção básica, o que impede a formulação de juízos sobre o panorama regional. Outro ponto relevante é que, além da adesão tardia do estado do Amazonas em 2010 (o pacto foi firmado em 2006), apenas 50% dos municípios do estado aderiram a ele.

O Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais do SUS, acordado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios), com o propósito de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando alcançar maior eficiência e qualidade nas respostas do Sistema Único de Saúde (Conselho Nacional de Saúde - Governo Federal, 2006).

Avançando para uma nova análise, o artigo “Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios” aponta que a relação na região de Manaus é uma “relação binária, não em rede”. Isso ocorre porque não existe uma troca efetiva entre as cidades; ao contrário, os municípios dependem da capital. A má distribuição mencionada anteriormente faz com que muitos cidadãos precisem se deslocar até Manaus para acessar serviços básicos de saúde. De acordo com os autores, essa configuração impede que a região ao redor de Manaus seja considerada uma “Região de Saúde”, termo definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para descrever áreas que se beneficiam dos serviços de saúde oferecidos por uma cidade específica. Portanto, observa-se a ausência de cidades limítrofes no estado do Amazonas. Em outras palavras, não há um benefício direto entre a capital e os demais municípios, principalmente devido às longas distâncias que a população precisa percorrer para acessar os serviços de saúde, como foi detalhado nos tópicos anteriores desta pesquisa.

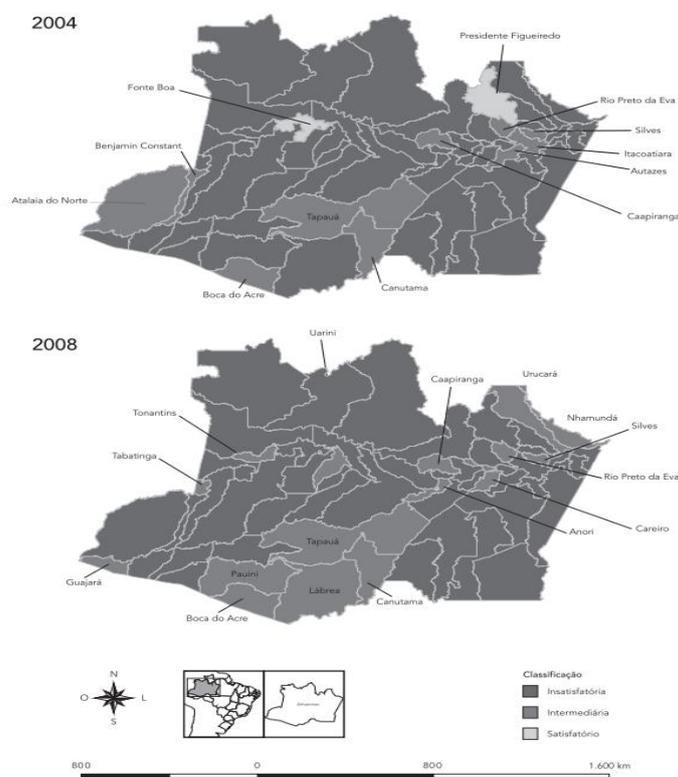
Por outro lado, surgem diversas alternativas para facilitar o acesso da população a um atendimento de saúde de qualidade. Entre essas alternativas, destacam-se a implantação do Programa de Saúde da Família (PSF) e a regulamentação do Tratamento Fora do Domicílio (TFD). Este último, conforme a Portaria SAS/MS nº 055, de 24 de fevereiro de 1999 (publicada

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



no D.O.U em 26/02/1999 e em vigor desde 01/03/1999), estabelece as diretrizes para o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a norma, as despesas relacionadas ao deslocamento dos usuários deste sistema podem ser cobradas por meio do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, respeitando o teto financeiro definido para cada município ou estado.

Figura 06: Classificação de implantação do Programa Saúde da Família nos municípios do Amazonas (Brasil) - 2004 e 2008



Fonte: Cad. Saúde Pública - Rio de Janeiro, 2011

2.5. UNIVERSIDADES DE MEDICINA E SAÚDE NAS MICRORREGIÕES DE MANAUS E TEFÉ

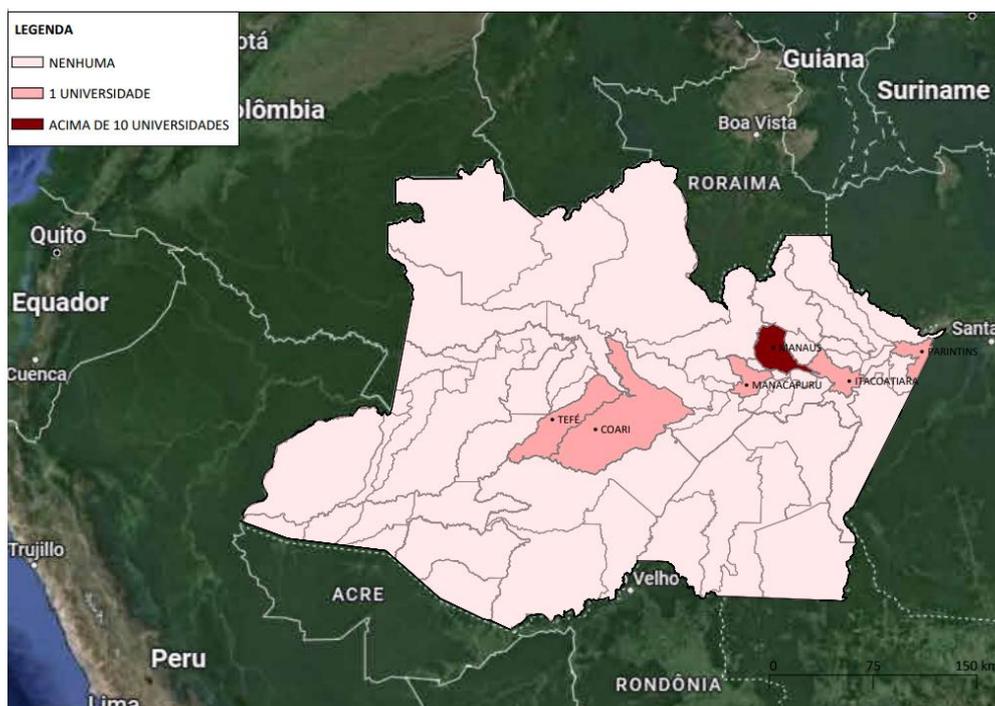
Após realizar as pesquisas, foi identificado o número de universidades que oferecem o curso de Medicina em todo o estado do Amazonas, utilizando a plataforma Mec Conecta (um site vinculado ao Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal). A análise revelou um

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



total de 18 (dezoito) instituições de ensino superior, abrangendo tanto universidades públicas quanto privadas.

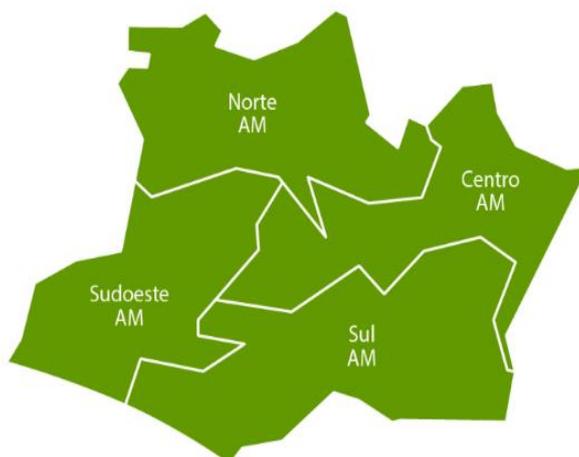
Figura 07: Cartograma quantitativo de universidades de medicina do estado do Amazonas



Fonte: Autoras (2024)

Com base nos dados levantados, identificaram-se 13 (treze) instituições na capital Manaus, além de uma universidade em cada uma das cidades de Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Parintins e Tefé (ver Figura 07). Nos demais municípios do estado, não foram encontrados registros de universidades. Esses resultados evidenciam uma desigualdade na distribuição das instituições de ensino em todo o estado do Amazonas, com uma acentuada concentração em Manaus. Observa-se também uma maior concentração de instituições na região próxima à capital (ver Figura 08), especificamente na sub-região central do estado, conforme indicado pelo Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Comercial no Estado de São Paulo (SEMESP).

Figura 08: Cartograma das sub-regiões do Amazonas



Fonte: SEMESP (2021)

Deste modo, as universidades encontradas mais distantes do território central de Manaus foram as Faculdades Metropolitanas (FAMETRO) dos municípios de Coari e Tefé (área de intervenção).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para facilitar o acesso da população à saúde pública, é essencial implementar estratégias de planejamento urbano, promovendo parcerias entre os setores público e privado para desenvolver os serviços de saúde e garantir a justiça social.

Uma possível abordagem é utilizar o consórcio público como instrumento de desenvolvimento urbano integrado. Esse arranjo institucional voluntário permite a associação de múltiplos entes federativos para realizar atividades conjuntas de promoção e proteção da saúde. Um exemplo é a utilização de Hospitais Universitários em faculdades de medicina e outras áreas da saúde para aumentar os atendimentos médicos na cidade de Tefé e sua microrregião, onde já existe esse equipamento público.

Em regiões onde há instituições de ensino superior na área da saúde, a criação de hospitais universitários pode trazer benefícios significativos para a população e para os estudantes e profissionais. Esses hospitais poderiam atender a diversas necessidades de

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



saúde da comunidade, oferecendo atendimento especializado, diagnósticos, cirurgias e acompanhamento de pacientes. Além disso, funcionariam como centros de pesquisa e ensino, proporcionando aos estudantes uma valiosa experiência prática ao lado de profissionais qualificados.

A presença de hospitais universitários também poderia aumentar a demanda por serviços de saúde e melhorar a qualidade do atendimento, atraindo profissionais e estudantes para a região, promovendo a troca de conhecimentos e práticas inovadoras, o que seria vantajoso tanto para os pacientes quanto para os profissionais. Além disso, essa movimentação poderia gerar um impacto positivo na economia local.

Contudo, para que um projeto desse porte seja efetivo, é essencial um plano que contemple a melhoria da infraestrutura de transporte na área. Melhorias nos acessos terrestres e aquáticos seriam cruciais para garantir o transporte seguro e eficiente de pacientes, profissionais de saúde e suprimentos médicos, permitindo que a população local usufrua plenamente dos recursos disponíveis.

Em síntese, este estudo destaca a importância vital de descentralizar o acesso à saúde no estado do Amazonas, conforme o pensamento de Milton Santos (1977), que sublinhou a necessidade de repensar as dinâmicas espaciais para promover a equidade social. Os resultados confirmam o alcance do objetivo da pesquisa, que foi analisar os serviços de saúde e educação na área da saúde nas microrregiões de Manaus e Tefé. Identificar as principais problemáticas e propor uma intervenção para descentralizar a concentração dos serviços de saúde foi um passo crucial para reduzir as distâncias para atendimento, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

No entanto, durante a pesquisa, foram encontrados obstáculos que limitaram a atualidade, precisão e complexidade da análise, como a falta de dados atualizados das cidades participantes das microrregiões, exceto a capital. Portanto, é necessário buscar alternativas para reconhecer as necessidades dessas regiões com acesso limitado e desenvolver estratégias que promovam a distribuição dos serviços de saúde fora da capital, reduzindo a desigualdade espacial e garantindo maior acesso a esses serviços para a população.

Todos os(as) autores(as) declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



4 REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Pacto pela Saúde**. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/webpacto/index.htm#:~:text=Pacto%20pela%20Sa%C3%BAde&text=O%20Pacto%20pela%20Sa%C3%BAde%20%C3%A9,do%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde.>>. Acesso em: 9 maio 2024.

DOMINGOS, Isabela Moreira; GONÇALVES, Rubén Miranda. População ribeirinha no Amazonas e a desigualdade no acesso à saúde. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e teoria do direito (RECHTD)**, v. 11, n. 1, p. 99-108, 2019.

GARNELO, L.; BRAGA, A.; SILVA, C. **Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios**. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1225–1234, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/j77vcsPR76Hxb6zjPzD9bHS/>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GUILLOUX, Aline Gil Alves et al. Demografia médica no Brasil 2023. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Logística dos Transportes**. lbge.gov.br. 2014. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15793-logistica-dos-transportes.html>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**. 2018 | lbge.gov.br. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

KADRI, M. **Da atenção básica municipal à atenção especializada e de urgência regional: os modos de fazer saúde na Amazônia das Águas**. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52852>>. Acesso em: 6 maio 2024.

PONTES FILHO, Valmir. Parecer. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, p. 143-157, 2000.

ROCHA, M.; FERREIRA, C.; MACHADO, C. **A saúde na região do Médio Solimões no estado do Amazonas: a centralidade de Tefé**. **Saúde em Debate**, v. 48, n. 140, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/FqVMVZKWYn774nKrRXrCsmS/>>. Acesso em: 5 maio 2024.

https://doi.org/10.20873/ago2024_3



RODRIGUES, Eubia Andréa. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões**. 2011. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2796>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SALINO, Alessandra Valle; RIBEIRO, Glaucia Maria de Araújo. Análise da oferta de hospitais e leitos hospitalares no estado do Amazonas ante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 47, p. 200-214, 2023.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81_100-81_100, 1977.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Manual de normatização do tratamento fora do domicílio -tfd do estado do Amazonas**. Manaus. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. **Plano Estadual de saúde do Amazonas 2020 - 2023**. Manaus. 2020

SEMESP. **Mapa do ensino superior: Região Norte**. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/regioes/norte/>>. Acesso em: 9 maio 2024.

Recebido em: 19/06/2024

Revisado em: 25/07/2024

Aceito em: 01/08/2024